



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, DOMINGO 10 E SEGUNDA-FEIRA 11 DE NOVEMBRO DE 2013

Carteiras são retiradas de escolas em Aquidabã

Motivo foi o não pagamento do material por parte da Prefeitura

Professores e estudantes de diversas escolas do município de Aquidabã, distante 98 quilômetros da capital, foram surpreendidos, no dia 2 de outubro deste ano, pela visita da dona da empresa de móveis Kutz Ltda, sediada em Pernambuco, que foi recolher cerca de 540 carteiras e cadeiras das escolas. Segundo o professor José Wanderley Santos Silva, representante do Sintese na região, o município teria conseguido um recurso do Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a compra de carteiras.

“A compra das carteiras foi efetuada no ano passado, só que o material não chegou a tempo hábil para ser pago ainda na gestão anterior. Então as carteiras chegaram este ano, e pouco tempo depois os alunos foram surpreendidos com a chegada de um caminhão que recolheu as carteiras novas. Além dos alunos ficaram sem as carteiras, foi necessário voltar a usar as carteiras velhas, que já não tinham mais condições de uso. Mas foi a única medida possível para que os alunos tivessem onde sentar. Foi uma situação extremamente constrangedora e frustrante”, desabafa José Wanderley.

O mais surpreendente é que, segundo informações contidas no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a Prefeitura Municipal de Aquidabã recebeu em junho 2012 a quantia de R\$257.739 para a compra do mobiliário escolar. Porém, de acordo com o professor Wanderley, o prefeito Eurico de Souza Filho (PSC) alega que não recebeu o dinheiro do FNDE. “O prefeito simplesmente disse que não tinha dinheiro, por isso, não ia pagar, e não pagou”, afirma. Apesar dessa confusão, as aulas continuam normalmente.

Os professores do município aprovaram moções de apelo e repúdio à ação da Prefeitura Municipal de Aquidabã, e apelam ao Ministério Público que apure como foi feita essa aquisição. “Diante dos fatos, os participantes dessa Conferência repudiam a atitude da prefeitura municipal de Aquidabã e apelam ao Ministério Público Federal e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que apurem onde foram gastos os referidos recursos e promovam esforços para que os estudantes voltem a ter os imobiliários escolares nas suas respectivas salas de aulas, de modo que tenham seus direitos de estudar garantidos”, diz a moção.

Com o seu direito à educação pública, gratuita e de qualidade cerceado, os alunos da Escola Municipal José Félix de Sá, localizada no Povoado Moita Redonda, ainda ajudaram a retirar as carteiras das salas de aulas para serem colocadas em um caminhão alugado. “Sem mais nem menos, toda a turma do sétimo ano ficou sem ter como estudar. Só dessa turma, 48 jogos de carteiras foram levados. É uma situação de total desrespeito”, conta a professora de Educação Física, Andreia Menezes.

O Sintese oficializou denúncia para o Ministério Público Estadual, Controladoria Geral da União, Ministério Público Federal, Ministério da Educação.

Salário atrasado

Na avaliação do professor Wanderley, o governo municipal tem passado por vários problemas, principalmente desde o ano passado. “Uma das questões foi um recurso conseguido para a compra de cinco ônibus, mas até o momento não comprou nenhum. E o prefeito alega que não tem mais dinheiro na conta, ele até teria pedi-

do à polícia para investigar para onde teria ido esse dinheiro”, disse.

Segundo informações do Sintese, ano passado o município ficou devendo aos professores os meses de novembro, dezembro e 13º salário, além das férias. “A situação se agrava porque o atual prefeito se nega a negociar com os professores. O Sindicato está entrando na justiça com uma ação de cobrança para que possamos receber esse dinheiro”, explica Wanderley.

Piso salarial

Em relação ao piso salarial, o professor Wanderley denuncia que o prefeito Eurico encaminhou um projeto de Lei para a Câmara de Vereadores, que já foi aprovada, para revogar a Lei aprovada em 2012 que atualizava o valor do piso dos professores. “A gente tem avançado pouco nessa questão, ele deu 7,97% em cima do valor referência de 2011. Cada professor está com uma perda superior a R\$ 700, mensalmente. As férias que deveriam ser pagas no mês de janeiro e fevereiro ainda não foram pagas. O salário referente ao mês de outubro também ainda não foi pago. E em algumas escolas chega a faltar merenda, é uma situação insustentável”, alega.

Uma audiência está programada para acontecer, na próxima quarta-feira, 13, entre os magistrados e a gestão do município para negociar as pendências com a categoria. “Caso a negociação não avance, a categoria já tem o indicativo de paralisação”, afirma Wanderley.

A equipe do JORNAL DA CIDADE tentou entrar em contato com o prefeito Eurico de Souza Filho (PSC), mas não obteve êxito. O telefone celular do prefeito manteve-se desligado ou fora de área até o fechamento desta edição.